

CLARICE PECHMAN

Um bonde chamado desejo

ESTADO DE SÃO PAULO

6 ABR 1995

A cada anúncio, um solavanco. Se, nas semanas entre 6 e 17 de março, o anúncio e solavanco na área de assuntos internacionais giraram em torno da banda cambial, a semana seguinte, entre 20 e 24, foi trilhada sob a divulgação de um déficit na balança comercial de US\$ 1,1 bilhão em fevereiro, acompanhada, como é natural sob o clima de emoção dominante nestes últimos tempos, pelos rumores infundados de que o saldo negativo de fevereiro teria atingido até US\$ 2 bilhões.

O bonde saiu do trilho? Segundo o deputado Delfim Netto, conforme publicado pela imprensa, "a festa acabou, e o governo só terá más notícias daqui para frente". Qual é o destino desta linha. Descemos todos na próxima parada?

Vamos dar um pouco, que seja, de espaço à razão. Cabe ponderar com algum discernimento o quadro em que vivemos.

Portanto, vejamos: o mesmo deputado Delfim Netto afirma que o Brasil terá que crescer apenas 3% do Produto Interno Bruto (PIB) para garantir o sucesso do real e o controle da inflação.

Qual é a má notícia? Será que já nos esquecemos da recessão



Vamos dar espaço à razão. Cabe ponderar o quadro em que vivemos

que amargamos no início dos anos 90? Afinal, não foi muito longe esse tempo...

Pode-se até argumentar que uma notícia é má, ou boa, dependendo da expectativa das pessoas: do desejo.

Mas quem garante que o desejo da população brasileira hoje é crescer à taxa de 8% ao ano, frente ao que 3% ou 4% do PIB seria sinal de fracasso? E se o desejo coletivo for a estabilidade dos preços, para o que uma taxa de crescimento do produto em 3% ou 4% é convergente? A notícia,

neste caso, passa a ser boa.

Ainda dentre as críticas apontadas pelo deputado Delfim Netto é considerada erro grave a idéia que vem sendo discutida, no governo, de restringir as importações, para aumentar o resultado da balança comercial.

Ora, medidas de controle quantitativo à parte, defender um crescimento moderado do produto de 3%, como o faz o deputado, em contraposição à taxa anualizada referente aos últimos três meses, da ordem de 8%, significa por si só defender alguma redução nas importações. O que é visto como "correto" de um lado não pode ser "erro grave" de outro...

A verdade é que, sob o ambiente passional-histérico em que nos colocamos desde o últi-

mo 6 de março, de crise cambial com reservas de US\$ 40 bilhões, ou que sejam US\$ 30 bilhões, a clareza conceitual torna-se precária.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, comentava durante a semana: "Quando acumularam-se reservas, diziam que era um absurdo, pois há custos para ter reservas. Quando vamos usá-las, critica-se. Ora, reservas não são para serem entesouradas".

O conceito, por trás das palavras do ministro, é velho conhecido da economia internacional. Ou a taxa de câmbio é fixa e, conseqüentemente, as reservas flutuam — acomodam —, ou o câmbio é flexível e as reservas, imutáveis.

O que não se pode é criar uma situação tal, de banda larga, em que se conviva com o martírio da instabilidade dupla da taxa e das reservas. Este é o caminho certo para o perigo: a busca febril de bodes expiatórios, por um lado, e o ressurgimento revigorado da cultura da indexação, por outro.

Uma banda cambial estreita, formalizada, com o limite superior no entorno de 95 centavos de real por dólar pelos próximos seis meses, amparada obviamente por medidas de política econômica complementares, tem tudo para nos reconduzir, com razão, ao desejo.



■ Clarice Pechman é diretora executiva da Associação Nacional das Empresas Creditadas em Câmbio (Anecc)